

# Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desafeta do Centrão, presidente do Carf perde o cargo ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A temporada de impostos de 2022 já está a todo vapor e trouxe uma pulga atrás da orelha para muitos investidores: os criptoativos. (Artigo) ..... 4

O GLOBO - RJ - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado aprova renegociar até 99% da dívida do Fies ..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tributar mais a renda e menos o consumo (Artigo) ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto de lei sobre criptoativos está pronto para votação ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desempate no Carf fica fora de reforma do processo tributário ..... 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Decisão do Carf para escritório de advocacia (Artigo) ..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNC apresenta proposta de adequações ao texto da PEC da reforma tributária - COMÉRCIO EM PAUTA ..... 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária a mais necessária ..... 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

É possível fazer sem aumentar carga (Artigo) ..... 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Resgatar a equidade do sistema no país (Artigo) ..... 16

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O país que queremos: Por que a reforma tributária é mais que necessária? ..... 17

PORTAL R7 - NACIONAL - CHRISTINA LEMOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro quebra paradigma ao enquadrar arrecadação dos estados ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

<b>Dragão da inflação contra mito guerreiro - NAS ENTRELINHAS</b> .....	20
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Conta da eleição de Bolsonaro aumenta - VINICIUS TORRES FREIRE</b> .....	22
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Inflação de ideias exóticas para tentar conter a inflação</b> .....	23
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Projeto que reduz ICMS deve ter trava para atenuar perda dos Estados</b> .....	24
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Frenesi de Bolsonaro paralisa administração da Petrobras (Editorial)</b> .....	25
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Crise favorece nacionalização de peças</b> .....	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
<b>Guedes ganha aliados, mas rifa cartilha liberal</b> .....	27
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
<b>Marcelo Castro Emendas de relator de mais de R\$ 30 bilhões são uma anomalia</b> .....	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
<b>Governo planeja criar trava para evitar reajuste da Petrobras em ano eleitoral</b> .....	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Inflação freia, mas continuará persistente, afirmam analistas</b> .....	35
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
<b>Presidente do Bradesco vê alta de preços sob controle só em 2023</b> .....	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
<b>Turbulência global é oportunidade para o Brasil, diz Guedes em Davos</b> .....	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
<b>Já se fala em recessão mundial (Editorial)</b> .....	41
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
<b>Governo vai turbinar programa de habitação até o fim do ano</b> .....	42
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
<b>Prévia do IPCA tem maior alta em 12 meses desde 2003</b> .....	43
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
<b>O inferno da inflação no Brasil não ficou para trás</b> .....	44

# Desafeta do Centrão, presidente do Carf perde o cargo

O governo exonerou ontem Adriana Gomes Rêgo da presidência do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e nomeou para seu lugar o auditor fiscal Carlos Henrique de Oliveira. A troca pegou integrantes do órgão de surpresa.

Nos bastidores, a decisão é atribuída a desgaste com o governo, principalmente por conta de posicionamentos da ex-presidente que desagradaram a políticos do Centrão.

Segundo o Estadão/Broadcast apurou, as divergências também se deram por causa da forte defesa que ela sempre fez do chamado voto de qualidade no conselho, regra que determinava que cabia ao Fisco desempatar julgamentos que terminavam em caso de empate.

Adriana, que estava no órgão desde 2018, era contra o fim do voto de Minerva pelo representante da Fazenda.

Com o apoio do empresariado, o Centrão trabalhou fortemente para derrubar a questão, incluindo emendas "jabutis" em vários projetos ao longo dos anos. O voto de qualidade caiu em 2020, mas a questão foi ao Superior Tribunal Federal (STF), que em março deste ano formou maioria pela legalidade da mudança legislativa que definiu que, agora, empate representa vitória dos contribuintes.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A temporada de impostos de 2022 já está a todo vapor e trouxe uma pulga atrás da orelha para muitos investidores: os criptoativos. (Artigo)

**José Luiz Ribeiro de Carvalho**

A contabilidade de bitcoins e outras criptomoedas ainda não tem uma legislação específica que orienta como esses ativos devem ser contabilizados.

Tanto as normas contábeis brasileiras como as internacionais não especificam ativos digitais. Por isso, é necessária a interpretação das regras já existentes.

A única orientação contábil vem do International Accounting Standards Board (Iasb), por meio de uma decisão de agenda do comitê de interpretações (Ifric). Ainda que possam estar sujeitos a interpretações em diferentes jurisdições, o Iasb definiu que investimentos em criptomoedas devem ser contabilizados como ativos intangíveis ou estoques, dependendo da finalidade da operação ou o contexto operacional da entidade. Conclui ainda que uma criptomoeda não se constitui um ativo financeiro nem pode ser considerada como caixa por não atingir o conceito de moeda ou equivalente.

Hoje, a principal referência na legislação brasileira é a Instrução Normativa (IN) RFB n.º 1.888/2019, que trata da obrigatoriedade da prestação de informações à **Receita Federal** sobre as operações com criptoativos.

Há, porém, outros normativos tributários, como a Solução de Consulta (SC) Cosit n.º 214/2021, que isenta de Imposto de Renda o ganho de capital auferido na alienação de criptomoedas com valor igual ou inferior a R\$ 35 mil por mês.

De acordo com o Banco Central, a compra de criptoativos de proprietários internacionais por investidores brasileiros foi de US\$ 6 bilhões no ano passado. À medida em que se tornam mais populares, ainda há uma lacuna nas regras contábeis com relação ao que fazer quando as empresas possuem esses ativos digitais.

Desafios contábeis ainda mais complicados estão a caminho.

Consideremos o aquecido mercado de NFTs, ou tokens não fungíveis. Recentemente, o jogador de futebol Neymar aderiu ao movimento dos "macacos entediados", investindo cerca de R\$ 6 milhões em duas das mais importantes e valiosas peças do mercado, os avatares da Bored Ape Yacht Club, uma referência em tokens não fungíveis.

Como as empresas devem registrar NFTs em sua contabilidade?

Como colocar um "macaco entediado" nos relatórios financeiros?

Nesse cenário, a normatização e regulamentação tributária dos criptoativos certamente serão temas recorrentes em 2022.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Senado aprova renegociar até 99% da dívida do Fies

**FERNANDA TRISOTTO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Tributar mais a renda e menos o consumo (Artigo)

**CLAIR HICKMANN**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Projeto de lei sobre criptoativos está pronto para votação

*Toni Sciarretta De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226?page=1&section=1)

# Desempate no Carf fica fora de reforma do processo tributário

*Joice Bacelo Do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226?page=1&section=1)

# Decisão do Carf para escritório de advocacia (Artigo)

**Sacha Calmon**

O Conselho Federal da OAB esclarece alguns pontos da recente decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** sobre a tributação de reembolso de despesas de clientes por escritórios de advocacia.

A decisão do **Carf** se constituiu em análise essencialmente casuística, sem repercussão geral. "Portanto, ela não significa que, de agora em diante, qualquer reembolso de despesa será considerado receita pelas autoridades fiscais. O Conselho Federal entende não ter sido essa a intenção da CSRF nesse julgado", afirma Luiz Gustavo Bichara, procurador tributário da OAB Nacional.

A partir da análise de um caso concreto e isolado, não é possível concluir que sociedades de advogados estejam, agora, em situação de risco fiscal", afirma o advogado Rafael Horn, vice-presidente no exercício da presidência da OAB Nacional.

"O tratamento tributário a ser adotado em cada caso dependerá da análise dos documentos apresentados ao fisco, sendo certo o descabimento da tributação de verbas provenientes de ressarcimento de despesas pelos clientes", esclarece Horn.

Entretanto, diante de preocupações externadas pela classe, o CFOAB diligenciará junto aos órgãos de fiscalização tributária (**Receita Federal e Carf**) para aperfeiçoar as regras de tributação e garantir segurança jurídica, de modo que os escritórios de advocacia possam ser ressarcidos das despesas feitas aos seus clientes sem qualquer risco de tributação.

De fato, não faz sentido que o adiantamento de custas, honorários de perito, despesas cartoriais, em prol da clientela, quando do reembolso, sejam considerados receitas e, portanto, tributáveis pelo PIS e Cofins, como faturamento e receita nova ou riqueza nova, para fins de tributação pelo Imposto de Renda.

Levando ao extremo, os profissionais liberais, em geral, também estariam sujeitados a uma tributação injusta que considera receitas tributáveis meros ressarcimentos de despesas em favor da clientela.

Absurdo evidente, nos tempos absurdos em que vivemos, seria uma tributação abstrusa, subverteria as noções mais elementares de despesas reembolsáveis (não acréscimos patrimoniais) e receitas tributáveis do negócio em si, ou decorrentes de aplicações financeiras (acréscimos patrimoniais).

Tudo parece psicodélico em nosso país. Que tempos, que costumes! Tais sobressaltos são desnecessários e beiram ao absurdo. A esperança é uma virtude e deve nos aquecer o raciocínio e o coração.

O que houve é que dada empresa de advocacia recebia, junto com os honorários, sem especificar, outras verbas que eram ressarcimento de despesas feitas em prol do cliente, por uma questão de eficiência, sem ter que emitir recibos às dezenas de despesas.

Eram decorrentes de trabalhos de defesas jurídicas rotineiras e intensas.

Certamente, corrigirá sua forma de contabilidade. Há modelos sofisticados de gestão de escritórios de advocacia e de escritórios outros de profissionais liberais. A organização é essencial. Depois de feita - em que pese a complexidade - tudo se passa com naturalidade. Aliás, os profissionais liberais formam uma importante força de trabalho.

Com uma contribuição de 25% sobre seus ganhos, afora PIS/Cofins, pretende-se o quê?

Mais do que nunca, cabe retomar, com espírito acadêmico e pesquisa fundamentada, a distinção tão enfatizada pela profª Misabel Derzi, e sobre as diferenças e consequências entre rendimentos do capital e do trabalho. São distinções fundamentais.

Perdemos o vigor acadêmico e a capacidade de influir na tributação. Enquanto isso, o Sr. Scaff, da Fiesp, procura salvar o capital incitando o governo a tributar o trabalho, especialmente dos autônomos, sem um pingão de cientificidade, o máximo de astúcia e nenhum patriotismo. É tudo que Bolsonaro quer para atingir jornalistas e professores e Guedes ardentemente deseja, o grande Sancho Pança da quixotesca administração bolsonarista, em um país parado e entristecido (temor à escalada do Sr. Capitão rumo à ditadura, com suas aleivosias).

Vive a falar em liberdade e democracia, que estariam ameaçados por outras candidaturas. Ele, logo ele, o maior inimigo da democracia, que somente haverá se ele vencer as eleições. É um descarado autocrata e um golpista em potencial. Haja cinismo. A quem pensa enganar?

"Habemus lex" e uma Constituição bravamente defendida pelo Supremo Tribunal Federal, apesar do ódio do presidente, que não consegue dobrá-lo!

O neofascismo de Le Pen na França, de Orban na Hungria, de Zelensky na Ucrânia, de "Duda" na Polônia, não terá vez no Brasil. Bolsonaro não vencerá as eleições nem fechará o Supremo Tribunal Federal, o guardião constitucional do regime democrático e da tripartição dos Poderes.

Sacha Calmon. Advogado, coordenador da especialização em direito tributário da Faculdades Milton Campos, ex-professor titular da UFMG e UFRJ

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/25/05/2022/p1>



# CNC apresenta proposta de adequações ao texto da PEC da reforma tributária - COMÉRCIO EM PAUTA



## COMÉRCIO EM PAUTA

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) apresentou ao relator da PEC da **Reforma Tributária**, senador Roberto Rocha (PTB-MA), um documento com sugestões de adequações ao texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 110/19, sob o ponto de vista dos setores do comércio de bens, serviços e turismo.

A PEC está sob análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Por conta do impasse entre os membros do colegiado, a votação foi adiada duas vezes. O setor de serviços é o mais prejudicado nesta PEC, com expectativa de aumento de até 200% dos **tributos** e encargos.

O texto foi analisado por um time de especialistas, integrantes de um Grupo de Trabalho Temporário (GTT), coordenado pelo vice-presidente Financeiro da CNC, Leandro Domingos.

Esse conjunto de sugestões foi entregue em mãos ao senador Roberto Rocha e à sua equipe técnica, no gabinete do parlamentar, em Brasília (DF).

"A PEC 110/19 necessita de ajustes para propiciar aos contribuintes e à população um ambiente adequado de desenvolvimento", afirma Leandro Domingos. Entre os pontos de melhoria apontados pelo grupo, estão a importância de haver alíquotas setoriais e alíquotas que permitam a adequação às vocações regionais;

mais garantias quanto à existência de uma efetiva não cumulatividade dos **tributos**; e mais proteção ao Simples Nacional.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, destaca o objetivo da Confederação de apoiar uma **Reforma Tributária** que garanta a simplificação da carga tributária, mas que traga equilíbrio e harmonia entre os setores econômicos.

"Nosso propósito é contribuir para que o país possa contar com um sistema tributário moderno, racional, que não prejudique setores, empresas e trabalhadores que são fundamentais para a economia do país."

## PRÊMIO SESC DE LITERATURA 2022 ANUNCIA VENCEDORES E REAFIRMA DIVERSIDADE

Considerado uma das mais importantes premiações literárias do país, responsável por revelar uma nova geração de escritores, o Prêmio Sesc de Literatura apontou como vencedores de sua 19ª edição a coletânea de contos *Corpos Benzidos em Metal Pesado*, do paraense Pedro Augusto Baía, e o romance *Mikaia*, de autoria de Taiane Santi Martins, do Rio Grande do Sul.

A origem dos autores reafirma o estímulo à diversidade por parte do prêmio e sua capacidade de projetar escritores das mais distintas regiões do Brasil. Os livros vencedores serão lançados em novembro pela editora Record. Neste ano, o Prêmio Sesc de Literatura recebeu 1.632 inscrições, sendo 844 na categoria Conto e 788 em Romance.

*Corpos Benzidos em Metal Pesado* descreve um mosaico de geografias, povos, sentimentos e experiências, expressando a preocupação e as reflexões do autor sobre o cenário ambiental, político e social brasileiro, com especial atenção ao Estado do Pará. O romance *Mikaia* narra a história de três gerações de mulheres que viveram e fugiram da guerra civil moçambicana.

## BRASIL PRA ELAS: CARAVANAS PELO PAÍS COMEÇAM COM PARTICIPAÇÃO DO SENAC

Com workshops gratuitos, cursos e atividades socioeducativas, o Senac participa da Caravana Brasil pra Elas, uma iniciativa do Ministério da Economia e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em parceria com o Sebrae e com o apoio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Para incentivar o empreendedorismo feminino, a ideia é ampliar a oferta de formação, capacitação e qualificação profissional gratuita para mulheres em todo o Brasil por meio da rede Senac.

E a primeira mobilização promovida pelo programa Brasil pra Elas foi o Dia M - "M" de mutirão, realizado no dia 21 de maio, em Campo Grande (MS).

Na lista de cursos oferecidos pelo Senac-MS, estão ferramentas de marketing digital, assistente administrativo, financeiro, de logística, confeitaria, auxiliar de cozinha, cabeleireiro, design de sobancelha, agente de limpeza e conservação, recepcionista em meios de hospedagem, cuidador de idoso, entre outros.

No total, o Senac-MS está disponibilizando 29 cursos com cargas horárias que variam entre 10 e 240 horas/aula. São 930 vagas gratuitas oferecidas.

O balanço inicial das caravanas mostrou números expressivos: 1.120 participantes; 25 municípios participantes; 18 bairros de Campo Grande; 70 aberturas de conta na Caixa Econômica; 85 formalizações de MEI.

A caravana seguirá amanhã, 27 de maio, para Palmas (TO), e no dia 30 estará em Salvador (BA), chegando ao Distrito Federal em data ainda a ser marcada, sempre com os cursos oferecidos pelo Senac.

# Reforma tributaria a mais necessária

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# É possível fazer sem aumentar carga (Artigo)

**BERNARD APPY**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Resgatar a equidade do sistema no país (Artigo)

**RODRIGO ORAIR**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# O país que queremos: Por que a reforma tributária é mais que necessária?

O Brasil precisa aumentar a receita com **impostos**, que vem caindo em relação ao **PIB**, se pretende ter saldo positivo nas contas do governo e diminuir a dívida pública. E as mudanças na tributação devem ser feitas para corrigir distorções e cobrar mais de quem ganha mais, defendeu Fabio Giambiagi, na sua oitava coluna sobre os temas que devem ser tratados a partir de 2023.

Há dois projetos de reforma amadurecidos no Congresso e mais as propostas do atual governo para o Imposto de Renda que estão parados no Congresso. Giambiagi lista como necessário atacar a pejetização, subir a alíquota do Imposto de Renda, fechar brechas sobre dinheiro no exterior e reduzir isenções. Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal, Clair Hickmann, diretora do Instituto de Justiça Fiscal, e Rodrigo Orair, ex-diretor do Instituto Fiscal Independente, apresentam suas visões.

É possível fazer sem aumentar carga

A questão da **reforma tributária** tem duas dimensões. Um dos objetivos é corrigir as distorções que prejudicam a economia. Nesse caso, a mais importante é a de consumo de bens e serviços. Há duas PECs (proposta de emenda constitucional): a 110, no Senado, e a 45, na Câmara. É uma agenda fundamental para aumentar o potencial de crescimento no horizonte de dez a 20 anos.

No Brasil, a complexidade e fragmentação do sistema tributário do consumo de bens e serviços (PIS-Cofins, IPI, ICMS e ISS) tem efeito negativo sobre o potencial de crescimento. São regras extremamente complexas, com uma quantidade imensa de isenções e alíquotas. Pela própria complexidade, aumenta o custo para as empresas e gera contencioso.

Estudo do economista Bráulio Borges mostra que uma reforma aumentaria em 20% o nosso **PIB** em 15 anos.

A outra dimensão é a da justiça social, da progressividade (quem ganha mais, paga mais) do sistema. Giambiagi tem razão. Hoje há distorções que permitem que uma parcela de alta renda seja pouco tributada, pessoas fogem para aplicações, fundos exclusivos ou off shore, pejetização, no qual a prestação de serviço paga menos **impostos** do que um empregado de uma empresa.

São problemas sérios que precisam ser corrigidos. As duas agendas são fundamentais.

Sobre aumentar a carga tributária, tenho dúvidas. Se tiver controle da expansão de gastos, mesmo que não seja teto de gastos (aumento de despesa limitado pela **inflação**), e a economia crescer mais depois que fizer a reforma, numa trajetória de sustentabilidade, não será necessário aumentar a carga tributária.

É possível aumentar na tributação da renda, em 0,5% e 1% do **PIB**, para reduzir em outras áreas, como a tributação da folha de pagamento sobre o primeiro salário mínimo, que terá efeito positivo sobre crescimento econômico, estimularia a formalização e beneficiaria os trabalhadores de renda mais baixa.

O que falta é empenho do governo federal para aprovar a reforma, sem o governo federal utilizando seu capital político, fica difícil aprovar.

Bernard Appy é economista e diretor do Centro de Cidadania Fiscal. Foi secretário de Política Econômica

Tributar mais renda e menos consumo

Na visão do Instituto de Justiça Fiscal, o mais importante é o compromisso com a progressividade do sistema tributário, taxando mais quem tem mais. Precisamos tributar mais renda e patrimônio e menos o consumo, que afeta mais a camada de menor renda. É fundamental combater a desigualdade e tributação é uma das formas que deve ser usada também.

Economia eficiente é a que tem menos desigualdade. Na nossa atual estrutura tributária, 45% da arrecadação tributária são provenientes de **impostos** sobre consumo. Nos países da OCDE, é de 33% na média. Os **impostos** sobre a renda representam 22% aqui e 34% na média da OCDE.

A reforma prioritária é a do Imposto de Renda Pessoa Física, depois a do patrimônio. A começar por taxar lucros e dividendos, incluindo todos os rendimentos na tabela progressiva. Não deve ter tributação exclusiva. Não faz sentido um trabalhador assalariado ter alíquota de 27,5%, 25% e a outra pessoa com renda igual a dele, mas proveniente do capital, pagar 15%.

Se acabar a isenção da distribuição de lucros e dividendos, resolvemos grande parte da pejetização, causa principal da isenção do IR na distribuição dos lucros e dividendos. Temos de criar alíquotas mais elevadas, aumentar o limite de isenção e corrigir a tabela.

Combater o planejamento tributário abusivo é outra frente, o uso de paraísos fiscais. Há muitas brechas que precisam ser fechadas. Os países da OCDE estão brigando com isso há muitos anos. A regra é que o residente brasileiro que aufera lucro no exterior precisa ser tributado aqui. O que acontece que só há cobrança quando o dinheiro é trazido para o Brasil. E eles não trazem nunca.

É necessária uma profunda avaliação das atuais renúncias fiscais, se estão cumprindo seus objetivos estabelecidos quando foram criadas. Se não, devem ser extintas. As renúncias fiscais não podem ser eternas. Este ano serão R\$ 348 bilhões e o montante cresce a cada ano. Em 2020, eram R\$ 312,36 bilhões. As isenções não são ruins por princípio, é um instrumento poderoso, mas precisa ser transparente e não pode se perpetuar. Defendo que a cada dois anos, essa renúncia seja reavaliada.

Clair Hickmann é diretora do Instituto de Justiça Fiscal e foi auditora fiscal da **Receita Federal**

Resgatar a equidade do sistema no país

Está acabando o mito que a carga tributária está sempre crescendo. Na verdade, cresceu até 2005. Teve saltos na história, como no fim dos anos 1960 e depois da Constituição, quando passou de 20% do **PIB**, chegando próximo de 34% em 2005. A carga está praticamente estabilizada e até caiu um pouco.

Houve uma mudança de paradigma. Por muito tempo, o pensamento dominante era que eficiência e equidade eram opostas, que o sistema tributário tinha que ser neutro, abster-se de questões distributivo. O que levou ao movimento de redução dos **tributos** sobre os mais ricos e do capital, dos **graus de** progressividade, com a concessão de deduções e benefícios.

Depois de pandemia, houve uma reflexão que esse movimento, que traria investimento e emprego e crescimento, não logrou esses objetivos. Contribuiu para aumento da desigualdade, beneficiando poucos e normalmente os mais ricos. Grandes economistas no plano internacional reviram alguns paradigmas, resgatando que equidade não é antieeficiente.

Debatemos sobre **reforma tributária** desde a Constituinte. O IVA (Imposto de Valor Agregado que

uniria todos os **impostos** sobre consumo) perdeu, não foi para frente. A grande reforma da tributação de bens e serviços, em 1995 e 1999, não foi para frente, assim como a de 2007. Meio que estamos paralisados nesse debate há 40 anos. E a reforma do Imposto de Renda fica em segundo plano.

Sou um grande defensor da reforma dos **impostos** sobre consumo. A alíquota média no Brasil vai de 20% a 27%. Nem Noruega ou Dinamarca tem isso. Só Hungria, com 25%. Nossa tributação tem diferenciação de alíquotas e benefícios que deturparam a tal ponto o sistema, que acaba penalizando os mais pobres. Em média, os 10% mais pobres pagam 27% da sua renda na forma desses **impostos**, e 10% mais ricos, 10% da renda. Mas o efeito distributivo da unificação das alíquotas é muito pequeno.

A tendência é resgatar equidade, principalmente depois da pandemia, para que não se puna ainda mais os mais vulneráveis, mas nos caracterizamos pela inércia, ficamos de costas para o mundo. Temos que resgatar essas dimensões.

Rodrigo Orair é economista e pesquisador licenciado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/05/o-pais-que-queremos-por-que-a-reforma-tributaria-e-mais-que-necessaria.ghtml>

# Bolsonaro quebra paradigma ao enquadrar arrecadação dos estados

*Christina Lemos*

/  
**Do R7**

A tese defendida ao longo de quase de um ano pelo presidente Bolsonaro e combatida com vigor pelos governadores enfrenta hoje o primeiro teste do voto no plenário da Câmara, com chances amplas de vitória para o chefe do Executivo Federal. Com apoio decisivo do presidente da Casa, Arthur Lira (PP/AL), o projeto que fixa teto de 17% para a alíquota do ICMS - principal imposto estadual - sobre os combustíveis, tem impacto estimado em R\$ 83,5 bi sobre os cofres dos estados.

A medida sinaliza para um freio importante na "cunha fiscal" estadual, e chega ao plenário a despeito de ampla mobilização dos governadores, que se organizaram num fórum para contestar sucessivas iniciativas federais. Em mais um lance do embate entre Bolsonaro e governadores, desta vez, diante da iminente derrota, os estados estão forçados a negociar uma compensação financeira: a criação de um gatilho para reposição cada vez que as perdas superarem 5% da arrecadação.

O enquadramento do ICMS dos combustíveis em um teto definido por lei, por iniciativa de Bolsonaro e aliados, no entanto, representa um avanço sobre o poder discricionário dos gestores de outros entes federados e pode ser levado à Justiça. A aprovação do projeto, considerada provável, também abre um precedente para a possibilidade de futuros ajustes e passa a representar um atalho até mesmo para **reforma tributária** que o Legislativo há décadas não consegue viabilizar.

**Site:** <http://noticias.r7.com/prisma/christina-lemos/bolsonaro-quebra-paradigma-ao-enquadrar-arrecadacao-dos-estados-25052022>

# Dragão da inflação contra mito guerreiro - NAS ENTRELINHAS

**POR LUIZ CARLOS AZEDO**

Com perdão para o trocadilho - Glauber Rocha que nos perdoe -, o presidente Jair Bolsonaro está convencido de que seu maior adversário nas eleições é a **inflação**. Os números corroboram esse temor, pois a alta dos preços, principalmente dos combustíveis e dos alimentos, pode levar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à vitória no primeiro turno. O que se discute no governo é a adoção de medidas de contingenciamento dos preços, seja pelo congelamento puro e simples, seja pela via de incentivos fiscais. A nova mudança na direção da Petrobras tem esse objetivo.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que é considerado uma prévia da **inflação** oficial do país, está em 0,59% em maio, após ter registrado taxa de 1,73% em abril, somando 12,20% em 12 meses, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diante disso, Bolsonaro resolveu demonizar a Petrobras, que seria o grande dragão da **inflação**. Vestiu a armadura de mito guerreiro e defenestrou mais um presidente da empresa, o terceiro. José Mauro Ferreira Coelho durou 40 dias do cargo, sendo demitido por telefone pelo novo ministro de Minas e Energia, Adolfo Saschida. Para o seu lugar, Bolsonaro indicou Caio Mario Paes de Andrade, atual secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Empreendedor em tecnologia da informação, mercado imobiliário e agronegócio, Caio Mario Paes de Andrade tem formação em comunicação social pela Universidade Paulista, pós-graduação em administração e gestão pela Harvard University e é mestre em administração de empresas pela Duke University. Foi presidente do Serpro até agosto de 2020, quando passou a fazer parte do Ministério da Economia. Mas é um neófito na área de energia e petróleo.

A indicação ainda precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras. Dois presidentes anteriores da empresa, Roberto Castello Branco e Joaquim Silva e Luna, também foram demitidos do cargo. Ambos por causa dos aumentos dos preços dos combustíveis.

A missão de Caio de Andrade é uma cobra de duas cabeças: de um lado, segurar os aumentos dos combustíveis até as eleições (fala-se, inclusive, em congelamento do preço do gás de cozinha e do diesel); de outro, avançar com o projeto de privatização da empresa. Em ambos os casos, será preciso mudar a composição do conselho de administração da estatal e a legislação vigente. A narrativa do governo para fazer essa alteração está começando a ser construída. Como a pandemia foi controlada, graças à vacinação em massa, o pretexto para a mudança seria o impacto da Guerra da Ucrânia nos preços dos combustíveis, fertilizantes e alimentos.

A Guerra da Ucrânia será uma desculpa para outras medidas populistas, que visam manipular preços artificialmente, reduzir **impostos** e mitigar o impacto da **inflação** no orçamento doméstico, principalmente da população de baixa renda, que deriva para a oposição. O que parecia improvável, está acontecendo: uma aliança do ministro da Economia, Paulo Guedes, com os políticos do Centrão para segurar a alta de preços e conceder benefícios a empresas e famílias de baixa renda. A entrega da Petrobras, que era controlada pelos militares, à área econômica, com a perspectiva de sua privatização, um sonho de consumo das grandes petroleiras.

Teto de gastos

Como o mercado não é bobo e sabe que qualquer projeto econômico de médio e longo prazos depende das eleições, a primeira reação foi negativa: as ações da Petrobras fecharam em queda de mais de 3% no Ibovespa, principal índice de ações da Bolsa de Valores de São Paulo. Em Nova York, devido à nova troca, as ações amanhecaram, ontem, em queda de mais de 11% no pré-mercado. A recuperação e a valorização da Petrobras, que voltou a ser uma empresa muito lucrativa, estão atreladas à política de paridade internacional adotada em 2016, durante o governo Michel **Temer**.

O ex-presidente Lula endossa as críticas à política de preços da Petrobras, mas manifesta-se contra a privatização da empresa. Ontem, comentando a mudança no comando da empresa, sugeriu que Bolsonaro desvincule os custos dos combustíveis da cotação do dólar: "Ele pode fazer uma reunião com o Conselho Nacional de Política Energética, trazer a

Petrobras para a mesa, trazer o conselho da Petrobras e decidir que o preço não será dolarizado, que nós não vamos pagar o preço internacional, nós vamos pagar o preço do custo da gasolina aqui no Brasil", afirmou.

Lula também atacou a política de teto de gastos, resgatando a velha retórica contra os banqueiros e as elites do país: "Por que aprovaram teto de gastos? Porque os banqueiros são gananciosos. Eles exigiram que o governo garantisse o que eles têm direito de receber e tentaram criar problemas para investimento na Saúde, na Educação, na Ciência e Tecnologia". Segundo o petista, "o teto de gastos foi uma forma de a elite econômica brasileira e que a elite política fez para evitar que o pobre tivesse aumento dos benefícios, das políticas sociais, da educação e da saúde para garantir que os banqueiros não deixem de receber as coisas que o governo deve para eles".

# Conta da eleição de Bolsonaro aumenta - VINICIUS TORRES FREIRE

## VINICIUS TORRES FREIRE

A Câmara dos Deputados está para aprovar um subsídio federal para o consumo de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte. Isto é, quer fazer o governo federal bancar parte do custo do consumo desses bens e serviços.

Como? Obrigando o governo federal bancar parte das perdas que estados e municípios terão com a redução do ICMS sobre esses bens e serviços (segundo projeto que tramita na Câmara).

E daí?

A **inflação** não está altíssima? Sim.

O governo federal tem dinheiro para bancar esse subsídio? Não. Caso não corte outras despesas (o que não vai fazer), será obrigado a tomar mais empréstimos para bancar essa conta, essa perda de receita dos estados. Isto é, vai fazer mais dívida, ao custo de mais de juros de mais de 13% ao ano.

A conta vai aparecer em algum lugar, na dívida e no descrédito financeiro do país. Assim como vai aparecer, mais cedo ou mais tarde, nas finanças de estados e municípios.

Enfim, é a conta da tentativa de reeleição de Jair Bolsonaro e de seus amigos do centrão. Reduzem **impostos**, aumentam o rombo das contas federais etc. Depois da eleição, vem o rolo. Quantas vezes já vimos esse filme? Chama-se "Estelionato Eleitoral". Na verdade, é uma série.

A Câmara quer baixar o ICMS que estados cobram sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transportes. Um projeto de lei determina que esses bens e serviços sejam classificados como "essenciais". Isto é, não podem ter alíquota de ICMS maior do que a alíquota padrão ("modal") de cada estado, que é de 17% ou 18%.

Os estados reclamaram que perderiam R\$ 64,2 bilhões. Por tabela, as cidades perderiam também, porque parte da receita do ICMS é repassada para os municípios.

A fim de não perder dinheiro, os estados apareceram

com essa ideia de "dividir" a dolorosa com o governo federal.

Se essa conta de perdas do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) está certa, o governo federal deve ter de bancar perdas de uns R\$ 27 bilhões por ano.

O Bolsa Família custava uns R\$ 34 bilhões por ano. O Auxílio Brasil deve pagar uns R\$ 89 bilhões neste ano.

O ministério da Economia vinha dizendo que não queria o subsídio federal para combustíveis. Dizia que faria efeito pequeno e custaria caro. Agora, a Câmara pode aprovar um subsídio para diesel, gasolina, energia elétrica, comunicações e transportes.

O subsídio saiu por uma porta, entrou pela outra. Fez esse passeio com estímulo do próprio governo federal. Paulo Guedes e turma vinham dizendo que o governo está com "excesso de arrecadação". Portanto, queria "devolver recursos à sociedade".

O governo teve receita além do previsto. Mas, ainda assim, gasta mais do que arrecada (mesmo descontada a despesa com juros da dívida. Ou seja: tem déficit primário). Logo, ao reduzir **impostos**, não está devolvendo nada. Está fazendo mais dívida.

Caso seja aprovada, a lei deve ter algum efeito temporário nos preços, embora parte desse desconto, dessa redução de **impostos**, possa ser apropriada por alguém na cadeia de negócios, ao menos no caso de combustíveis.

O subsídio vale para todo mundo, seja rico, remediado ou pobre. Ou seja, vai se fazer dívida a fim de baratear a conta de luz ou de gasolina também dos mais ricos, entre outros problemas. Para piorar, parte dos subsídios, ao menos, vai beneficiar os mais ricos, pois em vários casos os mais pobres pagam tarifas sociais.

Além do mais, quem ganha com os juros do governo? Os mais ricos, que têm dinheiro para emprestar ao governo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49922&anchor=6456518&pd=3e116cbd2ae62beedb88374b9ffb64cc>

# Inflação de ideias exóticas para tentar conter a inflação

**SERGIO VALE**

Escalada recente da **inflação** tem trazido fantasmas para além da perda de compra da população.

De repente, começamos a ouvir sobre desonerações de **impostos** federais de um lado, corte de ICMS de outro, e a insatisfação com a Petrobras, então, tem sido uma constante. A ex-presidente Dilma deve estar orgulhosa da condução da política econômica atual. Mas, da mesma forma que no governo dela nada disso adiantou, aqui não será diferente.

Antes, vale lembrar que a **inflação** surgiu de forte pressão de políticas monetária e fiscal e choques de oferta pela pandemia e guerra da Ucrânia, alimentada por uma crise fiscal crescente no ano passado, que acelerou a depreciação da taxa de câmbio nos últimos dois anos.

Serão dois anos seguidos de **inflação** próxima a 10%, algo inédito depois do Plano Real. Mas, para conter esse aumento, qual a melhor estratégia?

Mudar **impostos**, algo permanente, para tratar de algo temporário como o aumento dos preços dos combustíveis não parece natural.

A elevação de seus preços, afinal, tem sido por uma conjunção de câmbio e preços de commodities que, aliás, afeta todo o resto da economia, a começar de alimentos. Por ser um setor muito mais difuso e com interesses profundos no governo, é mais fácil tentar afetar os preços onde pode ser politicamente mais fácil, como energia e combustíveis, sem esquecer o próprio interesse do governo por conta dos caminhoneiros.

Mais distorções de **impostos** a caminho sem se discutir o cerne da questão, que é a **reforma tributária**.

Dada a assimetria de interesses que afeta um setor mais do que o outro, o melhor seria uma política que afetasse todos de forma indistinta, que é a alta de juros. Não importa se a origem foi oferta ou demanda, o ponto é que neste momento o BC tem a chave da resposta para a queda de preços, em que pese infelizmente estar quase isolado.

Dado que o calor eleitoral demandará uma resposta fiscal para a **inflação**, o ideal seria minimizar os danos. Em vez de mexer agora no ICMS, deixar isso para a **reforma tributária** mais geral. Em contraposição, o uso de parte dos dividendos da Petrobras e de parte do resultado primário dos Estados poderia agradar a gregos e troianos. Evitase mudar a política de preços da Petrobras e se deixa a discussão do ICMS para o momento certo.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Projeto que reduz ICMS deve ter trava para atenuar perda dos Estados

*Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226)

# Frenesi de Bolsonaro paralisa administração da Petrobras (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226)

# Crise favorece nacionalização de peças

**Marli Olmos**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226?page=8&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226?page=8&section=2)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226?page=8&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226?page=8&section=2)

# Guedes ganha aliados, mas rifa cartilha liberal

*rosana hessel*

Embora Caio Paes de Andrade, indicado para a presidência da Petrobras, pertença aos quadros do Ministério da Economia, o mercado não está convencido de que o ministro Paulo Guedes tenha se fortalecido com a mudança anunciada na estatal. Para analistas, não está claro se o discurso liberal de Guedes de que não haveria alterações na política de preços da estatal será preservado em meio às tentativas do presidente Jair Bolsonaro (PL) de segurar o preço dos combustíveis, de olho nas eleições de outubro. Pelo contrário.

Há duas semanas, outro colaborador de Guedes, o economista Adolfo Sachsida, ex-assessor Especial de Assuntos Estratégicos da Economia, assumiu o Ministério de Minas e Energia (MME), em substituição ao almirante Bento Albuquerque. Apesar disso, e do discurso alinhado contra subsídios aos preços dos combustíveis, analistas observam que Guedes tem aceitado um espaçamento maior para os reajustes do diesel, da gasolina e do gás de cozinha. Seria um sinal de que vencer a eleição é mais importante do que aplicar a cartilha liberal, que prescreve liberdade de preços. Eles lembram que Bolsonaro nunca foi um liberal e que Sachsida, na verdade, é mais próximo do presidente do que de Guedes, pois entrou bem antes do ex-chefe na campanha eleitoral de 2018.

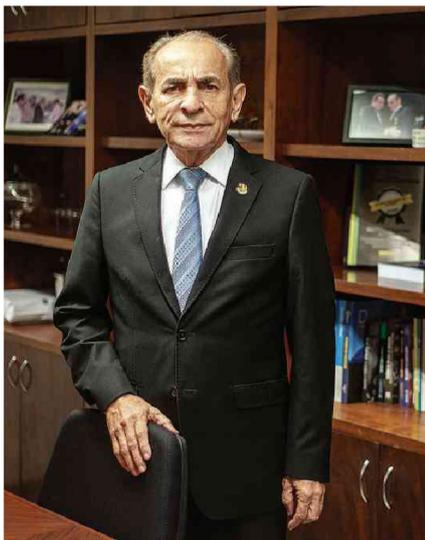
A mudança na Petrobras é resultado da **inflação** elevada, que roda acima de 10% desde setembro de 2021, em grande parte, devido à alta dos preços dos combustíveis, que tem incomodado Bolsonaro e os planos de reeleição. O presidente não esconde a insatisfação com a atual política de preços da estatal e vinha pedindo para que os presidentes anteriores da empresa, segurassem um pouco mais o reajuste. Andrade, se for aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras, será o quarto presidente da petroleira no atual governo.

"Havia uma expectativa de que Sachsida faria alguma mudança na política de preços, mas a troca da presidência em tão pouco tempo acabou sendo uma surpresa. No fim do dia, a queda das ações da Petrobras acabou diminuindo, porque a Bolsa brasileira está tão descontada que alguns operadores aproveitaram o preço mais baixo para comprar ações", destacou Alexandre Espírito Santo, economista-chefe

da Órama. Apesar de abrir o pregão da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) em forte queda, as ações da Petrobras encerraram o dia com baixa em torno de 3%.

Julio Hegedus, economista-chefe da Mirae Asset, lamentou o novo troca-troca na Petrobras. "Em tese, Guedes sai fortalecido, mas pelos motivos ou objetivos errados: ficar trocando o presidente da Petrobras para segurar preços de combustível, como se fosse apenas um ato político", resumiu. De acordo com ele, o mercado avaliou a nova substituição de forma negativa, porque a interpretação é de uma interferência na estatal e na política de de paridade com a cotação do petróleo no mercado internacional.

# Marcelo Castro Emendas de relator de mais de R\$ 30 bilhões são uma anomalia



**Marcelo Castro (MDB-PI), 71**  
Formado em medicina e doutor em psiquiatria, é relator do Orçamento-2023 no Congresso Nacional. Senador de primeiro mandato, foi deputado federal por duas décadas e ministro da Saúde no governo de Dilma Rousseff (PT)

## César Feitoza Brasília

ENTREVISTA, Marcelo Castro (MDB-PI), 71 Formado em medicina e doutor em psiquiatria, é relator do Orçamento-2023 no Congresso Nacional. Senador de primeiro mandato, foi deputado federal por duas décadas e ministro da Saúde no governo de Dilma Rousseff (PT)

Escolhido para coordenar o Orçamento federal de 2023, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) diz que as polêmicas emendas de relator têm "baixa qualidade" e que pretende diluir os recursos entre emendas de bancada e comissão, cuja destinação é definida de forma coletiva.

"Eu sempre me insurgi contra a qualidade da emenda e o valor. Nos últimos dois anos, os relatores tiveram emendas de mais de R\$ 30 bilhões. É uma anomalia", disse Castro em entrevista à Folha.

O Orçamento federal é elaborado todo ano pelo governo, mas é votado no Congresso, que tem direito a destinar verbas para obras e investimentos, por meio das emendas.

As emendas de relator somam valor expressivo (R\$ 16,5 bilhões neste ano), sob responsabilidade formal do relator-geral do Orçamento.

Na prática, elas têm sua distribuição definida pelos caciques do Congresso. Por isso, são usadas como moeda de troca para obtenção de apoio.

Castro tem boas relações com o PT (é aliado do partido no Piauí e foi ministro da Saúde no governo Dilma Rousseff) e bom trânsito com bolsonaristas. Líder nas pesquisas eleitorais, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é crítico das emendas de relator.

A proposta de Orçamento-2023 será enviada ao Congresso pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) em agosto. A votação ocorrerá após as eleições de outubro, ou seja, já sob influência de um governante reeleito ou de uma iminente nova gestão.

\*

O Orçamento de 2023 proposto pelo atual governo pode ser executado por outro. Isso dificulta o trabalho na relatoria? Não vai haver interferência porque a gente vai fazer um relatório para o Brasil. Evidentemente, o Orçamento vai ser elaborado por esse governo, e vamos aperfeiçoá-lo, como fazemos todos os anos.

O governo Bolsonaro enviou um PLDO [Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que serve de base ao Orçamento do ano seguinte] sem aumento real do salário mínimo pelo 4o ano consecutivo, e Lula tem falado que quer voltar com a política de reajuste acima da **inflação**. Qual é a posição do senhor? Eu sempre fui favorável ao aumento real do salário mínimo. Essa política começou com o [ex-presidente] Fernando Henrique [Cardoso] e foi intensificada nos governos Lula e Dilma. No final [do governo PT], a regra era reajustar o salário mínimo pela **inflação**, mais a média do **PIB** dos últimos dois anos.

Quando houve a implementação do teto de gastos, a política [de reajuste] acabou. O próximo presidente terá direito de fazer a sua política, mas eu particularmente sou favorável a que volte a regra antiga.

O senhor pretende prever aumento real do salário mínimo em 2023 mesmo sob o teto de gastos? Nas regras atuais, não. Só é possível o que o governo está propondo, que é o reajuste pelo IPCA.

Lula tem dito que, se eleito, acaba com o teto de gastos, e a equipe econômica de Bolsonaro defende a sua manutenção. Eu não gosto de nada dogmático. Nós já mudamos o teto de gastos. Na pandemia, o Brasil entrou em crise, isolamento social, pessoas ficaram sem ganho -era uma questão de sobrevivência.

O teto é estabelecido numa emenda constitucional. É preciso que o presidente da República esteja disposto a mudar e os líderes partidários estejam de acordo. O Estado deve ser um indutor do desenvolvimento. Se você observar a capacidade de investimento no Brasil depois que o teto de gastos foi instituído, estamos num plano inclinado. Todo ano investimos um percentual do **PIB** menor que o ano anterior.

O senhor é favorável ao fim do teto de gastos? Sou favorável ao controle das despesas correntes. Acredito que precisa de uma regra, não necessariamente dentro da Constituição.

Quando o teto foi aprovado, com vigência por 20 anos, era mais para dar uma sinalização de estabilidade para o mercado. Hoje, todos os economistas defendem que manter o teto por 20 anos é insustentável. Como fazer isso? O presidente terá de fazer sua proposta e vamos discutir.

Os documentos das emendas de relator entregues ao Supremo mostram uma disparidade nas indicações dos recursos. Há uma distorção nesse mecanismo? Eu sempre me insurtei contra a qualidade da emenda e o valor. Nos últimos dois anos, os relatores tiveram emendas de mais de R\$ 30 bilhões. É uma anomalia.

O que eu penso, honestamente: as emendas de bancada e de comissão são de melhor qualidade. Elas precisam ser debatidas coletivamente, e os recursos são indicados por acordo.

A emenda de relator tem um poder discricionário muito maior. Isso faz a emenda [rubrica RP9] ter uma qualidade baixa, inferior às emendas de bancada e comissão. Já está na minha cabeça trabalhar no sentido de aperfeiçoar esses processos.

Então o senhor pretende reduzir as emendas de relator para aumentai" as demais? É um conceito, mas temos que ver a realidade política. Hoje, no clima que vivemos, não sei se vamos conseguir reduzir as emendas [de relator]. Eu venho nesse convencimento, e senadores e deputados estão desenvolvendo essa consciência. Pode ter certeza de que eu vou trabalhar com essa diretriz.

A senadora Eliane Nogueira, mãe do ministro Ciro

Nogueira, conseguiu quase R\$ 400 milhões em emendas de relator em 2021.0 senhor, R\$ 36 milhões. O que ocorreu? O Piauí tem muitas carências. Quem tiver oportunidade [de enviar recursos para o estado], ocupando cargo importante na República, estará fazendo bem. Eu não faço crítica.

Se o Ciro Nogueira hoje é ministro da Casa Civil e tem oportunidade de levar recursos pro Piauí, é bem recebido.

Na posição de relator do Orçamento, o senhor pretende dar o troco? Não. Veja bem. Esse exemplo confirma o que eu digo: a emenda RP9 [emenda de relator] tem um poder discricionário muito maior. Eu tive R\$ 36 milhões e a mãe do Ciro -por ser mãe dele- teve R\$ 400 milhões.

A queixa que eu tenho é que indiquei vários recursos para o Piauí e ele, por ser ministro, barrou esses recursos.

Eu bato palmas por ele levar investimento para o Piauí. Agora, impedir que qualquer outro parlamentar envie recursos para o estado não é uma coisa correta.

Na Comissão de Educação eu consegui levar R\$ 100 milhões para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. O meu projeto era, dos R\$ 100 milhões, destinar R\$ 20 milhões para criar ala oncológica do Hospital Universitário de Teresina. Ele travou os recursos. Eu jamais faria isso.

O medo é que ele utilize a máquina para prejudicar seus aliados na eleição? Não, a eleição não passa só por isso. No meu caso, eu acho que a população ficou do meu lado porque está vendo que ele barrou recursos para o Piauí. Está prejudicando o estado [Ciro Nogueira foi procurado pela Folha, mas não se manifestou].

O senhor esteve no jantar da senadora Kátia Abreu com ministros do Supremo. Qual era a pauta? O presidente Bolsonaro deu a graça ao [deputado federal] Daniel Silveira [PTB-RJ] e nem esperou pelos embargos declaratórios ou que a decisão fosse publicada. Ele se antecipou. Qual é a interpretação? Ele queria confrontar o Supremo. Evidentemente, não é uma boa prática democrática.

Nas razões que fundamentaram [a graça], ele disse que fazia aquilo porque o Supremo tinha errado [na condenação de Silveira]. Estava se outorgando um super-Supremo, uma nova instância decisória no país.

Embora o presidente tenha o poder constitucional de dar a graça ou indulto, todos têm de convir que há um desvio de finalidade.

Vários senadores, nos quais eu me incluo, acharam por bem se associar ao Supremo.

E mais: nós vimos o que aconteceu nos EUA. A um ano da eleição, [o ex-presidente Donald] Trump pregou que haveria fraude. A democracia mais consolidada do planeta sendo questionada por uma possível fraude. Bolsonaro está fazendo o mesmo no Brasil.

Acha que pode haver um golpe? Nós ficamos um pouco preocupados. Há essa consciência no Senado de que não custa nada colocarmos as barbas de molho. Bolsonaro questiona a segurança das urnas eletrônicas, mas nós temos as eleições mais seguras do mundo. Nunca houve uma comprovação de fraude nas urnas eletrônicas. Pelo contrário, elas vieram para trazer a segurança que nunca houve antes.

Uma ala do MDB defende que o partido apoie Lula já no primeiro turno. Como tesoureiro do partido, acha que vale investir na candidatura da Simone Tebet com o ainda baixo desempenho nas pesquisas? Nós temos que reconhecer que a Simone é uma excelente candidata. Eu confesso que esperava que ela tivesse um melhor indicador de apoio popular.

Me frustra ver uma candidata da qualidade dela não crescer nas pesquisas. Isso é preocupante para o partido. Vamos deixar a critério dela a decisão de se candidatar ou não.

O momento -e nós temos que respeitar o momento histórico que estamos vivendo não é de uma outra candidatura. Estou seguro de que o resultado eleitoral será entre Lula e Bolsonaro. Se isso é bom ou não para o país é outro questionamento.

"Nos últimos dois anos, os relatores tiveram emendas de mais de R\$ 30 bilhões. É uma anomalia. Emendas de bancada e relator são de melhor qualidade"

"Nós ficamos um pouco preocupados [com a possibilidade de golpe]. Há essa consciência no Senado de que não custa nada colocarmos as barbas de molho"

O que são e como funcionam as emendas parlamentares

A cada ano, o governo tem que enviar ao Congresso até o fim de agosto um projeto de lei com a proposta do Orçamento Federal para o ano seguinte. Ao receber o projeto, congressistas têm o direito de direcionar parte da verba para obras e investimentos de seu interesse. Isso se dá por meio das emendas parlamentares. Elas se dividem em:

## EMENDAS INDIVIDUAIS

Apresentadas por cada um dos 594 congressistas. Cada um deles pode apresentar até 25 emendas no valor de R\$ 16 milhões por parlamentar (valor referente ao Orçamento de 2022). Pelo menos metade desse dinheiro tem que ir para a Saúde

## EMENDAS COLETIVAS

Subdivididas em emendas de bancadas estaduais e emendas de comissões permanentes (da Câmara, do Senado e mistas, do Congresso), sem teto de valor definido

## EMENDAS DO RELATOR-GERAL DO ORÇAMENTO

Sob comando do relator, de código RP9, são divididas politicamente entre parlamentares alinhados ao comando do Congresso e ao governo

### Valores

#### 2020

emendas individuais (obrigatórias) R\$8,17 bilhões

emendas de bancadas (obrigatórias) R\$5,9 bilhões

emendas de comissão permanente R\$0

emendas do relator-geral do Orçamento (código RP9) R\$ 20 bilhões

#### 2021

emendas individuais (obrigatórias) R\$ 9,7 bilhões

emendas de bancadas (obrigatórias) R\$7,3 bilhões

emendas de comissão permanente R\$0

emendas do relator-geral do Orçamento (código RP9) R\$16,8 bilhões

#### 2022

emendas individuais (obrigatórias) R\$10,9 bilhões

emendas de bancadas (obrigatórias) R\$ 5,8 bilhões

emendas de comissão permanente R\$ 2,3 bilhões

emendas do relator-geral do Orçamento (código RP9) R\$16,5 bilhões

### Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

22

# Governo planeja criar trava para evitar reajuste da Petrobras em ano eleitoral

**Fábio Pupo**

O governo discute a criação de um mecanismo para evitar que a Petrobras reajuste preços de combustíveis após a nova troca no comando da empresa e a menos de cinco meses das eleições.

Duas medidas ainda em estudo foram mencionadas por membros do governo nos últimos dias à Folha. Uma delas estabeleceria faixas para o preço internacional do petróleo -e, caso o preço do barril varie dentro dos valores delimitados, a empresa não poderia fazer reajustes.

Para exemplificar a medida, é citado entre membros do governo um intervalo hipotético de US\$ 85 a US\$ 125 para o barril de petróleo. A ideia é que, se o preço internacional variasse apenas dentro da faixa, a Petrobras ficaria impedida de praticar reajustes -sendo autorizada apenas caso a cotação ultrapassar o teto da banda.

É ressaltado que essa é apenas uma possibilidade e não há números fechados -mas, por outro lado, também é mencionado que a ideia é comentada com frequência entre membros do governo e que chegou a ser levada ao presidente Jair Bolsonaro (PL) logo antes de eles escolher o novo titular do Ministério de Minas e Energia, Adolfo Sachsida.

Sachsida foi nomeado por Bolsonaro para o comando do Ministério de Minas e Energia justamente após sugerir ao presidente diferentes ideias para conter os preços de combustíveis no país. As diferentes possibilidades já eram debatidas antes de Sachsida virar ministro.

Outra ideia citada é de um intervalo mínimo de cem dias para os reajustes -o que teria evitado parte dos últimos aumentos anunciados pela empresa. Essa mudança é debatida internamente desde a gestão de Roberto Castello Branco (primeiro presidente da Petrobras no governo Bolsonaro), mas nunca foi implementada.

Seja qual a forma escolhida, o governo tem dado indicações frequentes nos bastidores de que quer evitar os reajustes da petroleira em um momento delicado da corrida eleitoral -em que Bolsonaro sofre desgaste pela **inflação** enquanto o ex-presidente Luiz

Inácio Lula da Silva (PT) mantém a liderança das pesquisas.

Pesquisa Datafolha mostra que, para a maioria dos brasileiros (68%), a gestão de Bolsonaro tem responsabilidade pela alta no preço dos combustíveis.

Um interlocutor ouvido pela Folha nas últimas semanas chega a dizer explicitamente que é mais vantajoso para os acionistas da Petrobras que a empresa segure os preços agora para evitar a volta de Lula, que -na visão expressa- acabaria com a empresa a partir de 2023.

Há cerca de uma semana, Bolsonaro criticou a política de preços da Petrobras dizendo que as regras da empresa não estão acima da Constituição.

" Todo o mundo tem que colaborar, não é ganhar mais dinheiro na crise. É o que, infelizmente, alguns setores fazem, como a própria Petrobras. Ah tem o estatuto". Estatuto [...] não está acima da Constituição", disse Bolsonaro a apoiadores no cercadinho do Palácio da Alvorada.

Reforça a sinalização por uma mudança sobre os reajustes a nota oficial publicada pelo Ministério de Minas e Energia na segunda-feira, ao comentar a troca no comando da empresa, defendendo um cenário "equilibrado" em energia.

" Trabalhar e contribuir para um cenário equilibrado na área energética é fundamental para a geração de valor da empresa, gerando benefícios para toda a sociedade", afirma o texto.

As possíveis mudanças na política de preços da Petrobras já eram mencionadas pelos integrantes do governo nos últimos dias enquanto eles davam como certa a troca no comando da empresa, que foi anunciada na segunda-feira (23). Para o lugar de José Mauro Coelho no comando da empresa foi convidado Caio Mario Paes de Andrade.

A visão é que a saída do ministro Bento Albuquerque do comando do Ministério de Minas e Energia e a entrada de Sachsida abriram a possibilidade para as mudanças e pode ser comparada a um novo técnico de futebol insatisfeito com os antigos jogadores do time.

Com as trocas, assume uma posição privilegiada de comando sobre a Petrobras o ministro Paulo Guedes (Economia), que agora tem dois ex-integrantes de seu time em lugares estratégicos sobre o tema -na liderança do Ministério de Minas e Energia e também na presidência da petroleira.

As mudanças têm respaldo na equipe econômica. Conforme a Folha mostrou, a política de preços da Petrobras era criticada de forma reservada por integrantes da pasta -que chegavam a contar com uma ação do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para conter os valores.

Mas o superintendente-geral do Cade, Alexandre Barreto, afirmou à Folha que não vai interferir na política de preços da empresa. Restou ao governo encontrar outras saídas.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49922&anchor=6456518&pd=3e116cbd2ae62beedb88374b9ffb64cc>**

## Desempenho das ações da Petrobras no Brasil e nos EUA nesta terça-feira

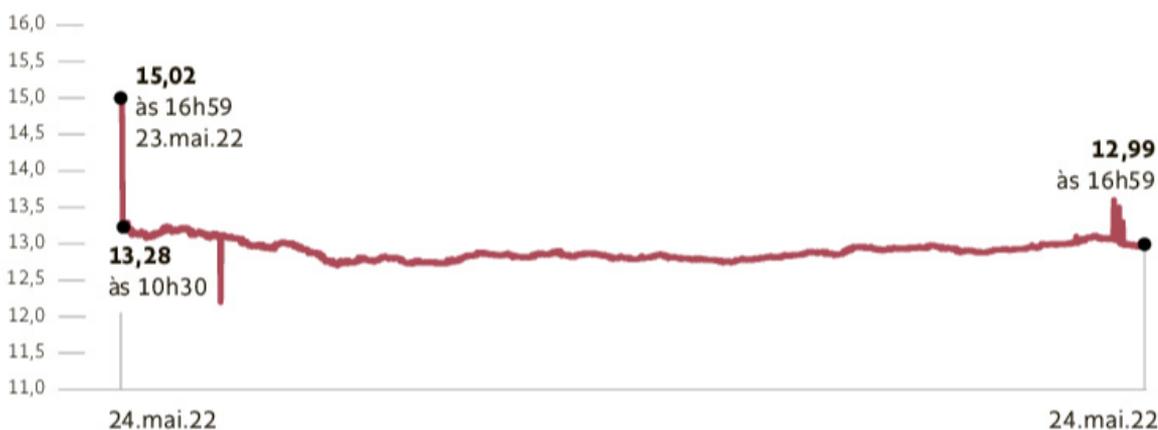
No Brasil

Em R\$



Nos EUA

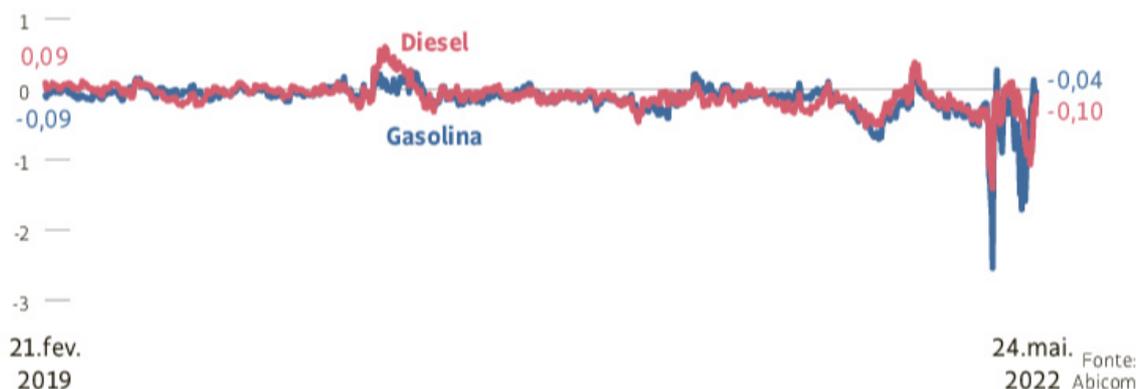
Em US\$



Fontes: CMA e Bloomberg

## Defasagem média em relação à paridade de importação

Quando a linha está acima de 0, a empresa está vendendo mais caro do que a paridade de importação. Quando está abaixo, o preço de venda pela estatal está mais barato, em R\$ por litro



Fonte: Abicom

# Inflação freia, mas continuará persistente, afirmam analistas

**Nathalia Garcia**

Para quem olha apenas para o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), indicador oficial de **inflação**, o pior parece estar ficando para trás -mas isso não quer dizer que o consumidor sentirá um alívio no bolso tão cedo. Após provavelmente ter atingido o seu pico, a **inflação** tende a arrefecer de forma lenta nos próximos meses.

"A gente fala muito de desinflação, que é uma taxa de **inflação** menor. Isso significa preços acelerando menos, mas cada vez mais altos. Para o consumidor, ainda é um período pesado para os gastos", afirma Júlia Passabom, economista do Itaú Unibanco.

No acumulado em 12 meses até abril, o IPCA ficou em 12,13%, maior nível desde outubro de 2003 (13,98%).

Nesta terça (24), o IPCA-15 (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15) atingiu 12,20%, com elevação de 0,59% em maio, ante alta de 1,73% no mês anterior, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O que ajudou a segurar o resultado de maio foi a deflação do grupo habitação (-3,85%), puxada pelo fim da cobrança extra na tarifa da conta de luz, com a passagem da bandeira de escassez hídrica à verde a partir de 16 de abril. Transportes e vestuário apresentaram taxas menores, alimentação e bebidas também recuaram.

De acordo com as projeções do Itaú, a **inflação** deve permanecer no ritmo de 10% até o fim do terceiro trimestre e sair do patamar de dois dígitos apenas em outubro. A expectativa do banco é que o indicador encerre 2022 ainda pressionado, em 8,5%, refletindo preços administrados (combustíveis) mais elevados e desinflação de bens no segundo semestre.

Mirella Hirakawa, economista sênior da AZ Quest, vê como risco a uma **inflação** mais comportada possíveis reajustes nos preços de combustíveis, que impactam rapidamente a renda da população, além de gargalos vindos de industriais, ainda bastante pressionados.

Em suas projeções, o IPCA deve se manter em um platô em torno de 11% a 12% até agosto, recuando para um dígito também no mês de outubro, até fechar

o ano em 9,3%.

A disparada da **inflação** é reflexo de uma série de choques inflacionários sucessivos desde meados de 2020, começando por alimentos (alimentação no domicílio), seguido por administrados (energia), até atingir industriais (bens). "Quem se contamina por último é a parte de serviços, que é muito mais persistente e inercial" diz Julia Passabom, do Itaú.

Além de elevada, a **inflação** está bastante disseminada. A economista Margarida Gutierrez, professora do Coppead/ UFRJ (Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, da Universidade Federal do Rio de Janeiro), destaca que núcleos continuam pressionados e que mais de 70% dos preços que compõem a cesta subiram em abril, com índice de difusão de 78,25%.

Reajustes de preços vêm garantindo a persistência das pressões inflacionárias no país, bem como o cenário internacional, com lockdowns na China e sanções contra a Rússia devido à Guerra da Ucrânia.

Dado o contexto internacional, Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do BC e sócio fundador da Mauá Capital, observa que o mundo ainda não se encontra no pico de **inflação**, mas que o Brasil está em uma situação diferente.

A primeira razão, segundo ele, é o fato de o país ser exportador de commodities e ter o choque atenuado pela taxa de câmbio, que tende a ficar um pouco mais apreciada. Em segundo lugar, pontua o estágio avançado do ciclo de aperto monetário no Brasil. No dia 4, o Copom (Comitê de Política Monetária) do BC elevou a taxa básica de juros (Selic) em um ponto percentual, para 12,75% ao ano. Para a próxima reunião, em junho, sinalizou uma alta adicional de menor magnitude.

"O Banco Central já fez 90% do trabalho, mas tema questão da defasagem. A política monetária vai acumulando efeito até ficar com efeito pleno e acabar reduzindo a **inflação**. É um processo", afirma.

A defasagem da política monetária, que tem até 18 meses para surtir efeito integral na economia, abre caminho para a desaceleração do aumento dos preços. Para Figueiredo, a tendência é que a **inflação**

se acalme, ajudada também pelo menor risco fiscal no curto prazo, mas com a ressalva de que ainda vivemos em um cenário de grande incerteza.

A taxa prevista pelo governo para o IPCA em 2022, de 7,9%, representa mais do que o dobro da meta a ser perseguida pelo BC. O valor fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para este ano é de 3,5% -com 1,5 ponto percentual de tolerância para mais ou para menos.

Se as projeções se confirmarem, será o segundo estouro da meta consecutivo. A **inflação** fechou 2021 em 10,06%. O economista Heron do Carmo, professor da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, da Universidade de São Paulo), ressalta que as projeções decrescentes até 2023 mostram que a política monetária está calibrada para derrubar a **inflação**.

A sazonalidade também deve contribuir com esse lento processo nos próximos meses. Os especialistas indicam que o IPCA costuma ser mais alto no primeiro trimestre, puxado por reajustes nos preços administrados, como aumento nas mensalidades escolares, e pelos alimentos in natura, sensíveis aos impactos climáticos.

No início deste ano, a produção de alimentos foi afetada pelo clima adverso no Brasil. Os registros de seca no Sul, além de chuvas fortes no Nordeste e no Sudeste, castigaram diversas plantações. Geraram, assim, reflexos sobre a oferta e os preços.

O governo também tem adotado medidas na tentativa de segurar os preços no curto prazo: desonerações sobre diesel e produtos industrializados (com o corte do IPI para 35%), além da redução de imposto de importação de etanol e alguns insumos e alimentos.

O exemplo mais recente foi visto na segunda (23), quando a Camex (Câmara de Comércio Exterior) aprovou uma nova redução de 10% nas alíquotas do Imposto de Importação sobre produtos comprados no exterior -feijão, carne, massas, biscoitos, arroz e materiais de construção, por exemplo.

Discute-se também a redução do ICMS aplicado a combustíveis e energia elétrica, que, se aprovada, traria alívio momentâneo à **inflação**.

Para Mauro Rochlin, economista da FGV, um cenário de **inflação** decrescente às vésperas da eleição pode servir ao governo no momento em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) basca seu segundo mandato e segue em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Lula (PT). "O governo pode ter o argumento de que controlou a **inflação**,

pode ser uma narrativa que funcione." A estratégia, no entanto, também traz riscos. Os economistas dizem que iniciativas como cortes de **tributos** trazem resultados pouco expressivos sobre a **inflação** a curto prazo e podem produzir efeitos secundários e levar a um aumento de demanda -o pode pressionar os preços à frente, gerando um resultado oposto ao esperado.

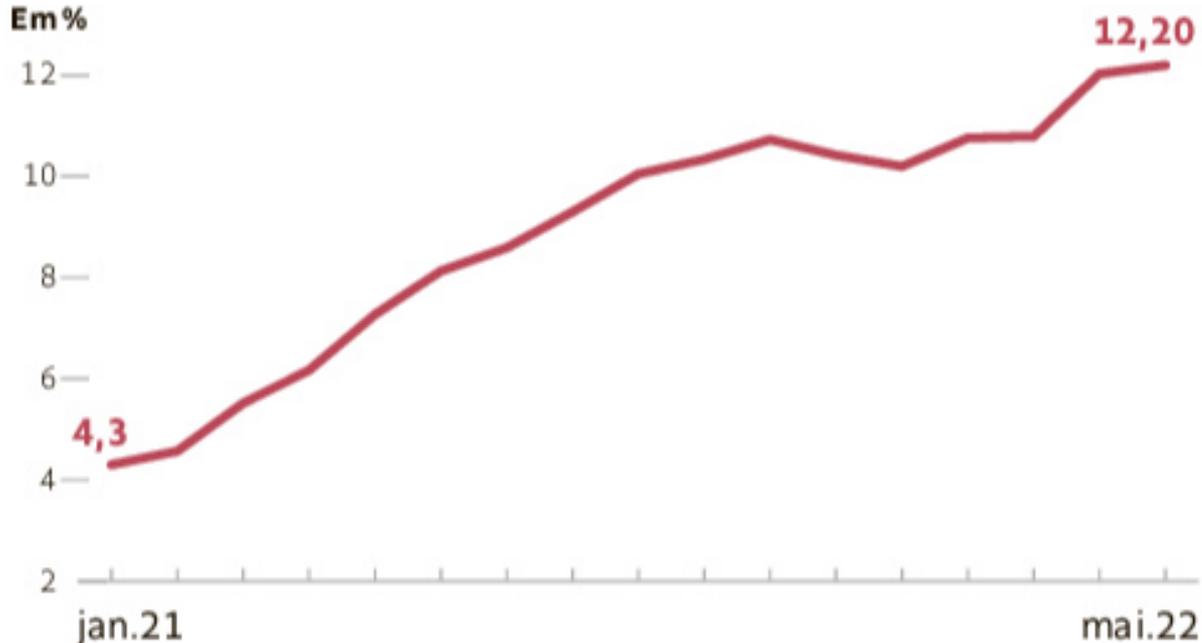
**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49922&anchor=6456518&pd=3e116cbd2ae62beedb88374b9ffb64cc>

## Inflação persistente

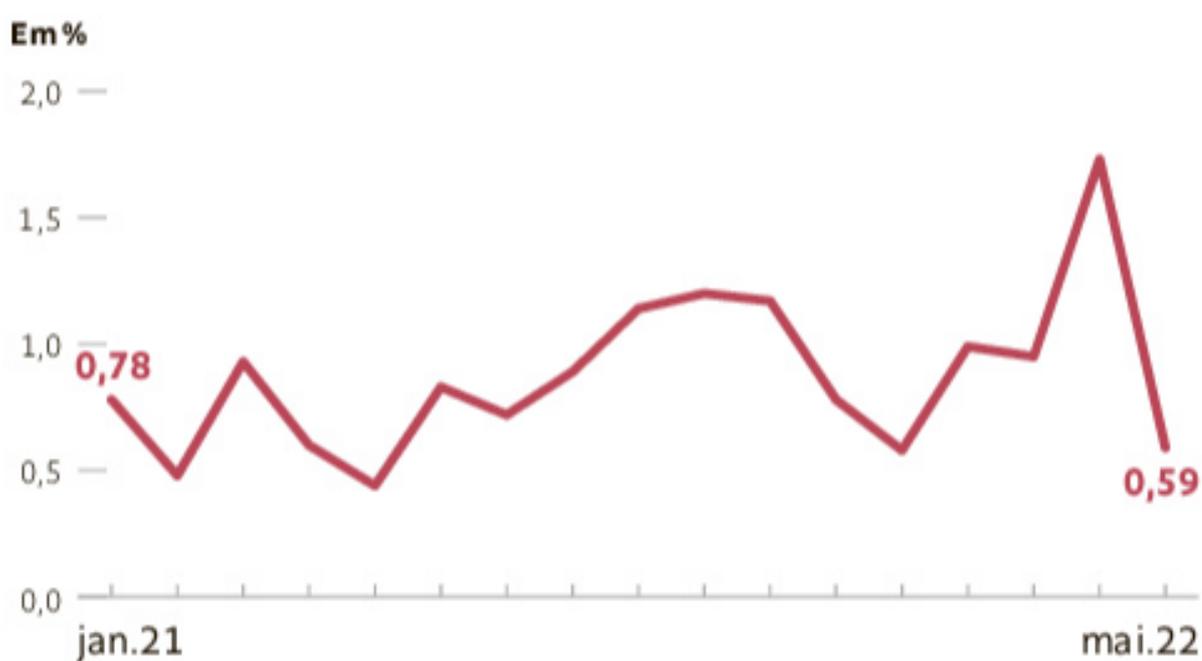
IPCA-15 no acumulado de 12 meses

Em %



IPCA-15 mensal

Em %



Fonte: IBGE

# Presidente do Bradesco vê alta de preços sob controle só em 2023

**Luciana Coelho**

O presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Júnior, espera que a **inflação** continue a pressionar a economia global, e a do Brasil em especial -o que deve fazer com que a taxa básica de juros se mantenha em alta pelo menos até o fim deste semestre.

"Acredito que a **inflação** vá continuar persistente neste ano todo, e a expectativa é que ela comece a ficar mais controlada a partir do ano que vem. Isso globalmente, e no Brasil em especial", afirmou o executivo a jornalistas durante o encontro do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça.

Ele projeta que a Selic, atualmente em 12,75%, chegue a 13,5% neste ano, com a **inflação** de 2022 em até 11%. O índice está muito acima do teto da meta inflacionária fixada pelo governo, que é de 5%.

A atual projeção do mercado para a **inflação** ainda está levemente abaixo de 8% segundo o boletim Focus, compilação do Banco Central com as perspectivas das principais casas bancárias do país, do final de abril.

Lazari enfatiza, contudo, que, embora mais grave no Brasil, o problema é global. Na véspera, um grupo de economistas eminentes ligados ao Fórum assinou um relatório no qual prevê intensificação da **inflação** e fragmentação na globalização, o que significa mais sobressaltos nas cadeias globais de fornecimento e, logo, mais pressão sobre os preços.

"O mundo todo está preocupado com o que está acontecendo com o fornecimento das cadeias globais de suprimentos, então isso enseja uma preocupação ou uma expectativa de continuidade da **inflação** por mais tempo. E isso de fato deve acontecer", aponta Lazari.

"Até que você restabeleça todas as cadeias de suprimentos globais, que é o que precisa acontecer efetivamente, para que você tenha o melhor controle da **inflação**. Hoje a **inflação** é de oferta, não de demanda. A partir o momento que você restabelece as cadeias de suprimentos globais você tem uma maior oferta e isso traz a **inflação** para baixo." A perspectiva do executivo, porém, é que isso não ocorra tão cedo.

"Você ainda tem o problema da pandemia, que tem uma influência relevante, e o problema da guerra [na Ucrânia], que também tem influência importante porque tanto a Ucrânia quanto a Rússia são produtores importantes de matéria prima e de produtos exportáveis." Lazari não quis comentar eventuais impactos da troca de comando na Petrobras -a segunda em 40 dias, com a substituição de José Mauro Coelho por Caio Paes de Andrade, , anunciada na noite de segunda. Para ele, a companhia é vista como "consolidada, independentemente de quem seja o presidente".

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49922&anchor=6456518&pd=3e116cbd2ae62beedb88374b9ffb64cc>

# Turbulência global é oportunidade para o Brasil, diz Guedes em Davos



Luciana Coelho

O clima no encontro anual do Fórum Econômico Mundial, com a Guerra na Ucrânia e a crescente **inflação**, é lúgubre. O ministro Paulo Guedes (Economia), porém, está otimista com a posição do Brasil na crise.

O país, a seu ver, é pouco conectado à cadeia de suprimentos que sofre solavancos planeta afora e ainda tem vantagem por ser grande exportador de commodities, em meio aos riscos de insegurança alimentar e energética.

"O que era uma maldição virou uma bênção", disse Guedes à Folha e a outros dois veículos brasileiros nos corredores do Fórum.

"O Brasil perdeu 30 anos sem se conectar, mas, com a pandemia, o fato de não estarmos integrados faz com que não soframos as disrupturas." Com isso, ele contraria as previsões do mercado -e de seu próprio ministério- e diz que o Brasil deve crescer mais de 2% neste ano.

Guedes teve dez reuniões bilaterais com executivos em dois dias, além de dois jantares e um café também com investidores (a agenda prossegue na mesma intensidade por mais dois dias). Segundo ele, são sobretudo empresas interessadas em colocar dinheiro no país -apesar do cenário de turbulências globais e do redesenho geopolítico.

O foco do encontro anual é a Guerra da Ucrânia e seus impactos no fornecimento de alimentos e nos preços dos combustíveis, que pressionam a **inflação** em boa parte dos países. Esta, por sua vez, força uma alta de juros, que acaba por travar o crescimento.

Em documento publicado na segunda-feira (23), economistas ligados ao Fórum pintaram um quadro sombrio que pode empurrar o mundo à beira da recessão e fazer retroceder a globalização.

Para o Brasil, na avaliação de Guedes, isso poderia ser uma vantagem: "O Brasil não rompeu cadeia produtiva alguma e pode redesenhar suas cadeias produtivas com novos eixos, como energia renovável, semicondutores, tudo que o mundo procura".

Ele ecoaria as observações durante jantar do Fórum com políticos e executivos da região no qual foram debatidas questões sobre a América Latina. No evento, onde foi aplaudido, ele falou das oportunidades que o Brasil e seus vizinhos oferecem em recursos naturais e defendeu maior integração, ressuscitando a ideia de moeda única com a Argentina.

A opinião de Guedes sobre o país é compartilhada por economistas do setor privado. Mário Mesquita, do Itaú Unibanco, vê a posição do país também como vantajosa. "Esta conferência está sendo marcada pela guerra e pela geopolítica", disse.

"Num ambiente mundial complicado, com possibilidade de desaceleração mais intensa da economia global, o Brasil é visto como uma economia bem relacionada porque é um exportador de commodities, de alimento." Mesquita e outros economistas ouvidos pela Folha enfatizam uma tendência ao "safe shoring" e ao "friend shoring": diante das turbulências geopolíticas, os países têm preferido fazer negócios com nações mais próximas e amigas.

Assim, Guedes tenta, no Fórum, vender o Brasil como opção à Europa e aos EUA ("estamos pertinho e somos amigos", brinca). Mas, sem dar as costas à China, frisou. "Os chineses e os americanos tiveram uma sinergia que durou 30 anos, aí a China cresceu e eles começaram a brigar. Nós vamos dançar com os dois." Os planos, contudo, podem tropeçar na divisão dos governos ocidentais em países contra e a favor da

Rússia. Segundo o ministro, há pressão sobretudo na Europa para que o país, tradicionalmente neutro, tome um lado.

Até agora, o país condenou as "hostilidades", mas não Moscou. O governo russo, que costuma ser um peso-pesado em Davos, foi excluído do evento deste ano, francamente pró-Ucrânia.

A cobrança em outro tema no qual o Brasil vinha sendo criticado, o ambiente, teria arrefecido após a troca do ministro Ricardo Salles por Joaquim Leite, afirma o ministro, que agora vê chances mais concretas de o país passar a integrar a OCDE, organização que congrega os países ricos.

Guedes diz que o país tem sido visto como "muito mais construtivo no debate", e as críticas se dissiparam. Essa realidade não se refletiu no Fórum, onde o Brasil não participa das principais discussões sobre preservação ambiental e crise climática, um dos temas do ano.

No jantar, chegou a dizer que os europeus não podiam questionar os países da região amazônica pelas queimadas na floresta e comparou a devastação do bioma com o incêndio na Catedral de Notre Dame, em Paris, em 2019, dizendo que, se era difícil cuidar de um quarteirão, "imagine de uma área do tamanho da Amazônia".

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49922&anchor=6456518&pd=3e116cbd2ae62beedb88374b9ffb64cc>**

## Já se fala em recessão mundial (Editorial)



Um cenário sombrio, porém real, da economia mundial foi desenhado num dos disputados painéis do Fórum Econômico Mundial na cidade suíça de Davos.

**Inflação** em alta na Europa, nos Estados Unidos e em outros países (o Brasil se destaca entre estes); riscos de uma crise energética na Europa, dependente do suprimento de gás pela Rússia; escassez de alimentos; e persistência de problemas ambientais estão entre os elementos de uma conjuntura que pode levar à recessão global. A observação foi feita pelo ministro para Assuntos Econômicos e Proteção Climática da Alemanha, Robert Habeck. Não adianta resolver apenas a questão da **inflação** ou do suprimento de gás, disse Habeck. É preciso enfrentar todos os problemas ou pelo menos a maioria deles.

Embora possa soar um tanto exagerada, a advertência não pode ser ignorada. A invasão da Ucrânia pela Rússia agravou problemas resultantes da pandemia de covid-19 ou a eles acrescentou outros. As consequências já começam a surgir nas estatísticas sobre a atividade econômica mundial, que, neste momento, indicam a piora da situação.

Três importantes organizações econômicas internacionais divulgaram no mesmo dia relatórios que mostram essa tendência. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostrou uma aguda retração da evolução do **PIB** dos países associados - que estão entre as maiores economias do mundo - no primeiro trimestre de 2022. O crescimento foi de apenas 0,1% na comparação

com o trimestre anterior. No último trimestre do ano passado, o aumento tinha sido de 1,2%.

Consideradas apenas as sete maiores economias do mundo (que formam o G-7), o resultado foi ainda pior. O **PIB** desses países encolheu 0,1% no primeiro trimestre do ano. No trimestre anterior o aumento tinha sido de 1,2%, igual ao de todo o grupo que constitui a OCDE.

Entre as causas do mau desempenho das principais economias do mundo, a OCDE cita o fraco resultado da balança comercial desses países, afetada fortemente pelos gargalos na cadeia mundial de suprimentos, e a queda da demanda interna.

O comércio mundial de bens também vai mal. Em sua pesquisa trimestral Barômetro do Comércio de Bens, a Organização Mundial do Comércio (OMC) constatou ligeiro aumento, de 98,7 para 99 pontos, mas ainda abaixo da marca divisória de 100, acima da qual há crescimento. Por isso, mesmo com a discreta melhora, o comércio mundial continua a patinar.

Do ponto de vista social, além de estudos de instituições multilaterais que mostram o avanço rápido da fome no mundo, o mais recente trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra que o mercado mundial de trabalho se deteriorou de maneira acentuada no primeiro trimestre do ano. O número de horas trabalhadas, por exemplo, ainda está 3,8% abaixo do nível observado antes da pandemia. A recuperação é desigual e tem ampliado a distância entre os países ricos e os pobres. E em boa parte destes as limitações fiscais impedem a adoção de políticas públicas de apoio aos mais necessitados.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo vai turbinar programa de habitação até o fim do ano

**Matheus Schuch De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226)

# Prévia do IPCA tem maior alta em 12 meses desde 2003

*Rafael Vazquez e Lucianne Carneiro De São Paulo e do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226)

# O inferno da inflação no Brasil não ficou para trás

*Análise Sergio Lamucci São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187226](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187226)